

Responsabilidade socioambiental empresarial: a experiência da *Precious Woods Amazon* com as comunidades adjacentes às suas áreas de manejo florestal

Productive efficiency and environmental responsibility: the experience of Precious Woods Amazon and the communities adjacent to their forest management areas

Débora Ramos Santiago^a
Jorge Madeira Nogueira^b

^aDoutoranda em Economia
Programa de Pós-graduação em Economia
da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil
deborasantiago12@unb.br

^bProfessor Titular
Departamento de Economia
da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, Distrito Federal, Brasil
jmn0702@unb.br

doi:10.18472/ReGIS.v2n2.2016.22028

Recebido em 15.09.2016
Aceito em 22.11.2016

ARTIGO - DOSSIÊ

RESUMO

A responsabilidade socioambiental das empresas costuma referir-se a práticas que vão além de ações filantrópicas ou exigências governamentais, podendo abranger uma série de ações em todas as operações de negócio. No caso da empresa *Precious Wood Amazon (PWA)*, suas atividades produtivas buscam seguir princípios e critérios da certificação *Forest Stewardship Council (FSC)*, preocupando-se em encontrar alternativas socioambientais para mitigar e compensar os impactos causados por suas atividades florestais. O objetivo deste estudo é analisar a relação da responsabilidade socioambiental empresarial da *PWA*, com as comunidades tradicionais que a cercam. Busca-se verificar se

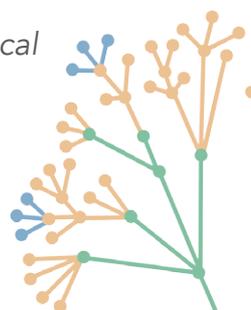
essa responsabilidade corresponde a um mero discurso ou representa caminho promissor rumo à manutenção da sustentabilidade na Amazônia. Para isso, foram utilizados dados primários do Levantamento Socioeconômico realizado em 2012, nas comunidades adjacentes à PWA. Também foram utilizados dados secundários do FSC e da PWA. As comunidades analisadas apresentaram precárias condições socioeconômicas quanto à habitação, saneamento, educação, emprego, etc. A agricultura familiar se revelou como potencial fonte de renda e de subsistência nessas áreas, carente, porém, de investimentos e apoio técnico. A mesma realidade está presente na pesca e no extrativismo. A PWA exerce significativa influência na promoção do desenvolvimento endógeno e sustentável das comunidades locais, com práticas de responsabilidade socioambiental, atuando de forma socialmente justa, ambientalmente adequada e socialmente viável. As práticas de responsabilidade socioambiental da PWA com as comunidades locais constituem um caminho promissor, com limitações, para a manutenção da sustentabilidade da Amazônia.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental da empresa. Comunidades locais. Sustentabilidade ambiental.

ABSTRACT

The socioenvironmental responsibility of companies usually refers to practices that go beyond philanthropic actions or Government requirements. It may cover a series of actions in all business operations. In the case of the Precious Wood Amazon (PWA) company, its productive activities seek to follow principles and criteria of the Forest Stewardship Council Certification (FSC), focusing on finding environmental alternatives to mitigate and compensate for the impacts caused by its activities. The aim of this study is to analyze the relationship of corporate social and environmental responsibility of the PWA towards traditional communities that surround it. We intend to verify if this responsibility corresponds to a mere speech or represents a promising path towards sustainability maintenance in the Brazilian Amazon. For this, we used primary data of the socio-economic survey conducted in the communities adjacent to the PWA in 2012. Secondary data were also used from the FSC and the PWA. The communities examined showed poor socioeconomic conditions regarding housing, sanitation, education, employment, etc. Family farming has proved as a potential source of income and livelihood in these areas. However, poor investments and lack technical support are also widespread in the community. The same reality is presented in fishing, hunting and gathering. The PWA exerts significant influence in the promotion of endogenous and sustainable development of local communities, with social and environmental responsibility practices, acting in a socially and environmentally appropriate manner. Social-environmental responsibility practices of the PWA with local communities, constitute a promising path, with limitations, to maintain the sustainability of the Amazon.

Keywords: Social and environmental responsibility of the company. Local communities. Environmental sustainability.



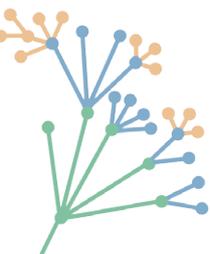
1 INTRODUÇÃO

As responsabilidades sociais e ambientais das empresas referem-se a práticas que ultrapassam iniciativas ou exigências governamentais e ações filantrópicas. Essas responsabilidades podem abranger uma ampla variedade de ações que integram aspectos sociais e ambientais em todas as operações de negócios. Elas impactam tanto as relações com as partes interessadas (empregados, fornecedores, consumidores e comunidades locais), quanto as atividades direcionadas à manutenção da sustentabilidade do meio ambiente. São esforços que vão além do exigido por reguladores ou grupo de proteção ao meio ambiente. Em muitos casos, essas ações empresariais não são importantes apenas para as pessoas e para o planeta, mas também são vitais para o sucesso no mundo dos negócios (MAW, 2016).

A prática da responsabilidade socioambiental nas empresas relaciona-se mais a pressões econômicas externas que propriamente a consciência ambiental. De acordo com Layrargues (2000), o social e o ambiental têm se tornado oportunidade para abrir mercados externos e prevenir contra restrições futuras ao acesso aos mercados internacionais. Podem derivar, também, da necessidade do detalhamento das informações prestadas a agentes financeiros, desejosos de avaliar riscos sociais e ambientais derivados da atividade da empresa. Para Grajew (2007), a responsabilidade socioambiental empresarial constitui uma perspectiva de evolução no mundo dos negócios, ao associar a mudança de comportamento empresarial como propulsora das mudanças sociais e ambientais que levarão à prosperidade econômica.

Sem minimizar a importância das pressões externas na mudança de comportamento da empresa, Prakash (2000) destaca que as empresas têm em sua política interna (*internal politics*) um fator relevante para explicar seus resultados (sociais e) ambientais e que fatores externos seriam suficientes para explicar decisões ambientais e voluntárias de empresas. Conflitos políticos interpessoais e/ou interdepartamentais explicam a adoção ou não de iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Para Prakash (2000), processo intraempresas, interações interadministradores e percepção pelos administradores de fatores externos à empresa são importantes no entendimento da difusão desse responsável social e ambientalmente.

No Brasil, tem se intensificado a presença de empresas que operam com “responsabilidade socioambiental”, algumas apenas no discurso, outras também na sua prática. Estas últimas têm deixado de lado iniciativas meramente filantrópicas e realizam ações direcionadas ao desenvolvimento responsável. Inicialmente essa nova estratégia deu-se em resposta à difusão de normas legais de controle da degradação e da poluição. Novas exigências determinadas pelos órgãos reguladores governamentais do país, estimularam, principalmente na última década do século XX, uma inquietação do empresariado brasileiro. À essa inquietação adicionou-se preocupações com os perenes problemas sociais do país



e ambientais, para transformar progressivamente os padrões de comportamento empresarial.

Em particular, no caso da Amazônia brasileira, a madeireira *Precious Woods Amazon (PWA)* foi pioneira na Amazônia em desenvolver atividades de manejo florestal sustentável¹. A PWA opera no estado do Amazonas desde 1996 com o "Selo Verde" do *Forest Stewardship Council (FSC)*, concedido após a verificação de padrões de comportamento por parte do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora). Ser contemplada com o "Selo Verde" indica que o manejo da empresa é ambientalmente correto, que ela possui uma relação justa entre os funcionários e as comunidades adjacentes à sua área de influência, além de ser economicamente viável.

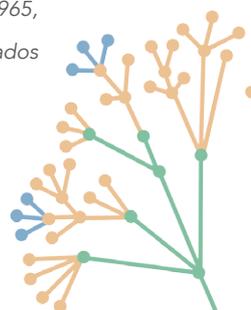
O objetivo deste artigo é analisar a relação da responsabilidade social e ambiental de empresas com comunidades tradicionais que lhes são vizinhas. Nos interessa em especial avaliar se o comportamento dessas empresas corresponde a um mero discurso ou representa um caminho eficaz rumo à manutenção da sustentabilidade na Amazônia. Em termos de evidências empíricas escolhemos uma empresa específica: a madeireira *Precious Woods Amazon*. Como assinalado acima, trata-se de uma empresa certificada, que segue os princípios e critérios do Selo verde FSC e que desenvolve uma política de Responsabilidade Socioambiental com as comunidades tradicionais localizadas em torno de suas áreas de manejo florestal.

Além desta introdução, o artigo apresenta mais cinco seções. A próxima (seção 2) apresenta uma breve evolução temporal dos conceitos de responsabilidade social, ambiental e socioambiental. Após sua contextualização em nível internacional, apresentamos seu surgimento e difusão no Brasil, dentro das empresas, organizações do terceiro setor e do meio acadêmico. A seção 3 apresenta as características gerais da empresa PWA, um dos objetos de estudo da presente pesquisa, e do seu programa de responsabilidade socioambiental, baseado em fontes de dados secundários do *Forest Stewardship Council (FSC)*, da *Precious Woods* e da *Precious Woods Amazon (PWA)*.

Logo após (seção 4) apresentamos o perfil das comunidades locais e da percepção dos comunitários quanto à PWA. Para isso, foram utilizados os dados primários resultantes do Levantamento Socioeconômico e Ambiental realizado nas comunidades durante cinco meses (agosto a dezembro de 2012), por meio da aplicação de questionários domiciliares e individuais, cujos quesitos abordaram tanto as características socioeconômicas das famílias quanto as questões socioambientais relacionadas às atividades praticadas em seus Lotes e os impactos causados por essas atividades, antes e depois do início do manejo florestal da PWA². Nossa análise da relação entre a PWA e as comunidades é apresentada na seção 5, que é seguida por nossas considerações finais.

¹ A PWA obteve uma parcela de terras amazônicas, por meio da compra do Estado, resguardada pela Lei n. 4.771 de 1965, objetivando desenvolver atividades de manejo florestal sustentável.

² Ao todo foram analisados 223 domicílios, abrangendo 261 famílias e 946 comunitários residentes nessas áreas. Os dados coletados foram organizados em planilha do programa Excel/2013 e processados e analisados pelo Software SPSS.



2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS

2.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

A responsabilidade socioambiental das empresas tem sido um tema bastante discutido. É possível que o acelerado processo de crescimento dos países ao longo do século XX e seus efeitos nefastos sobre a base natural do planeta tenham contribuído para o papel da empresa em todo esse processo. É interessante notar que as primeiras manifestações referentes à responsabilidade social das empresas datam do início do século XX, como destacado em Ethos (2005). No entanto, eles não tiveram muita aceitação entre os acadêmicos e classes empresariais, sendo considerados “heresias socialistas”.

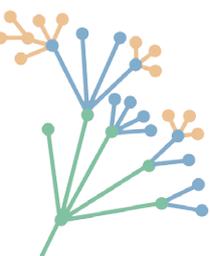
Décadas mais tarde, com a Guerra Fria (1945-1960), fortaleceu-se a responsabilidade social das empresas, justamente devido à necessidade de alinhar os negócios em defesa do capitalismo de livre mercado, combatendo a ideologia do socialismo soviético (SPECTOR, 2008). No entanto, foi apenas nas últimas décadas do século XX que a preocupação ambiental se juntou à preocupação social, cunhando a expressão, responsabilidade socioambiental da empresa. Com crescente destaque em nível internacional, a empresa passou a buscar uma atividade produtiva ambientalmente sustentável e socialmente justa, levando em conta os impactos ambientais, sociais e econômicos gerados (JACOBSEN, 2011).

Em 1987, o Relatório de *Brundtland*, intitulado “O Nosso Futuro Comum” deu uma maior evidência à responsabilidade socioambiental, ao debater questões relacionadas às preocupações ambientais nas estratégias empresariais. Já nos anos 1990, a política pública ambiental começa a mudar sua ênfase: de apenas regulamentações governamentais rigorosas, passou-se a abrir espaço para a autorregulação e iniciativas voluntárias das empresas (WB, 2010; HART, 2000).

A apresentação dos resultados da “Avaliação Ecológica do Milênio” realizada em 2005, no âmbito das Nações Unidas, comprovou a forte dependência das empresas aos recursos ambientais para o funcionamento do seu processo produtivo (BRASIL, 2014). Em 2006, na VIII Conferência das Partes da Convenção sobre a Diversidade Biológica (COP-8), considerou-se o engajamento do setor empresarial como importante aliado da sustentabilidade ambiental. A responsabilidade socioambiental passou a incorporar aspectos que vão além das melhorias sociais e ações filantrópicas, incorporando aspectos ambientais globais (BRASIL, 2014).

2.2 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES LOCAIS

A responsabilidade social das empresas é definida pelo conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, como compromisso das empresas em contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável, trabalhando com funcionários, famílias, comunidade local e sociedade em geral para melhorar



a qualidade de vida da população. A definição vai ainda mais além, ao incluir valores éticos e requisitos legais relacionados às comunidades e ao meio ambiente (KOTLER; LEE, 2005).

Os estudos de Carroll (1979) identificavam quatro categorias diferentes de responsabilidade social empresarial, incluindo aspectos econômicos, legais, éticos e filantrópicos das empresas. Essa definição está resumida no Quadro 1 e é usada há mais de 25 anos. A ideia supõe, portanto, que as empresas têm além de obrigações econômicas e legais, responsabilidades com a sociedade. Sua responsabilidade filantrópica não apresenta expectativa precisa, porém, é desejada pela sociedade.

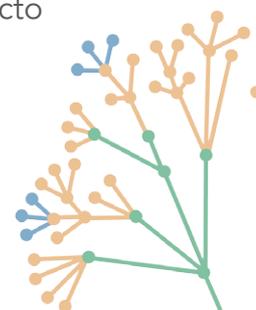
Quadro 1 – Categorias conceituais de Responsabilidade Socioambiental

Econômica (Necessária)	• Produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los com lucro.
Legais (Necessária)	• Obrigações positivas e negativas atribuídas às empresas pelas leis e regulamentos da sociedade em que atua.
Éticas (Esperada)	• Comportamento ético esperado pela sociedade por parte das empresas em termos dos negócios, que vão além dos requisitos legais.
Discrecionárias/Filantrópicas (Desejada)	• Ações realizadas voluntariamente pelas empresas, as quais não provê uma expectativa clara e precisa dos seus resultados

Fonte: Carrol, 1979

De acordo com Wasik (1996), as empresas só poderão considerar os seus produtos ecologicamente corretos e socialmente responsáveis, por meio da realização de práticas sustentáveis em todo o seu processo produtivo e distributivo. Isso significa realizar esforços para mitigar e eliminar operações que impactam negativamente o meio ambiente e as comunidades locais, considerando tanto oportunidades quanto riscos decorrentes da evolução econômica, ambiental e social. Além disso, Sterner e Coria (2011) alertam que a responsabilidade ambiental deve ir além de ações filantrópicas e patrocínio de programas realizados pelas empresas. Deve corresponder, portanto, a um amplo conjunto de políticas, programas e atividades socioambientais em todas as suas operações (REYES, 2002).

Não obstante, evidência empírica tem sido muito heterogênea quando se trata de desempenho ambiental de empresas que atuam com responsabilidade socioambiental. Muitos resultados parecem indicar que vale a pena ser “verde” e que essa relação se fortalece com o crescimento do setor industrial nos dias atuais (STERNER; CORIA, 2011). A inovação corresponde a um importante mecanismo das empresas, nesse processo, promovendo desenvolvimento responsável, reduzindo custos totais do produto final, incorporando padrões socialmente e ambientalmente sustentáveis, compensando assim o custo em diminuir o impacto ambiental (PORTER, 2000).

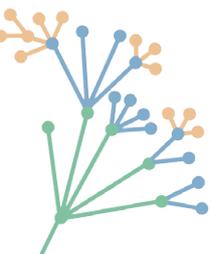


No que se refere à análise da relação das comunidades locais com as empresas que operam em suas áreas, Freeman (1984) enfatiza a importância da relação entre a empresa e os diversos agentes em que ela se relaciona, por meio da teoria dos *stakeholders*. Para Carroll (1991), esse conceito personaliza as responsabilidades sociais por delimitar grupos específicos ou comunidades que devem ser consideradas pelas empresas na tomada de decisão, conciliando os seus objetivos de lucro com as demandas populacionais desses grupos específicos. Iniciativas corporativas de responsabilidade social aprimoram a vantagem comparativa na medida em que influenciam decisões *Stakeholders*. Desse modo, as empresas constroem uma vantagem competitiva ao desenvolver iniciativas de responsabilidade que atendam às demandas percebidas dos *stakeholders* (KURUCZ et. al., 2008).

Para Bronn e Vrioni (2001) as empresas possuem um maior envolvimento com a comunidade, incentivam programas de desenvolvimento de mais amplo impacto local (empregos, programas educacionais e investimentos nas comunidades locais), incluindo no bem-estar comunitário, as questões ambientais. As empresas têm um papel transformador na mudança de atitude da sociedade, tornando os indivíduos mais bem informados, mais exigentes e conscientes das necessidades de suas comunidades, podendo reivindicar o cumprimento das responsabilidades das empresas, incluindo assim uma maior preocupação com a degradação ambiental e os recursos disponíveis para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Quanto à responsabilidade social das empresas no setor florestal, o Manejo Florestal Sustentável tem sido identificado como uma das estratégias mais promissoras para assegurar o aumento do bem-estar das comunidades locais e a manutenção da floresta em pé. Tais empresas do ramo florestal, em vez de dedicar puramente suas responsabilidades às questões florestais e econômicas, têm incorporado também os aspectos sociais. De acordo com Vidal e Kozak (2008), de 2000 a 2005 o aspecto social apresentou maior aumento nas práticas de responsabilidade ambiental empresarial no setor florestal, sendo exemplos básicos dessas questões a geração de emprego, recursos humanos, saúde, segurança, etc. Sobretudo, Brearton et al. (2005) alertam que as dimensões da responsabilidade social das empresas do setor florestal não são suficientemente abordadas, como o envolvimento comunitário e os direitos humanos, sendo consideradas por essas empresas como sendo de menor prioridade.

Outro aspecto a ser destacado é quanto às ferramentas para avaliar a sustentabilidade. De acordo com Pokorny (2003), muitos pesquisadores têm utilizado critérios e indicadores para obter informações necessárias para estabelecer conceitos de sustentabilidade e avaliar a implementação de gestão sustentável das florestas, não apenas em nível mundial e regional, como também local. Tais princípios e critérios fornecem o quadro para gestão florestal de forma sustentável. Sociedades diferentes devem apresentar caminhos diferentes para alcançar a sustentabilidade, de modo que programas e normas de responsabilidade ambiental devem ser definidos, levando em conta as especificidades das comunidades locais.



2.3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NO BRASIL

A responsabilidade socioambiental no Brasil tem crescido progressivamente ao longo do presente século. Nesse progresso houve incremento do envolvimento de parcela do empresariado, de outras instituições privadas, de pesquisadores e de outros agentes, todos percebendo a necessidade de uma mudança de postura, voltada a práticas socioambientais, agregando valores sustentáveis aos seus produtos. Segundo Neto e Froes (2001), esse fenômeno pode ser resultante da intensificação das normas de poluição, e novas exigências determinadas pelos órgãos reguladores governamentais.

Cabe, no entanto, assinalar que a criação da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas (ADCE) em São Paulo, na década de 1960, pode ser considerada o marco inicial da responsabilidade empresarial no país. A partir de 1964, intensificaram também o desenvolvimento de pesquisas e a criação de institutos voltados a promover ações conjuntas das empresas com a sociedade, promovendo educação, ética e conscientização no comportamento do consumidor, como o do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), Grupos de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), o Instituto Ethos, entre outros.

Não obstante, a década de 1980 testemunhou avanços sociais e ambientais decisivos no país. A Constituição Federal de 1988 fundamentou a percepção de interdependência entre o desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e o desenvolvimento social, constituindo-se um fator extremamente importante para o Progresso da Responsabilidade Socioambiental das Empresas.

De acordo com Young (2004), o retorno à democracia causou uma reorganização da sociedade civil e a consequente expansão de organizações, instituições e movimentos sociais preocupados com os impactos sociais e ambientais das empresas, uma vez que a sociedade passara a enxergar na empresa uma potencial geradora de efeitos multiplicadores, requerendo transparência e responsabilidade em suas atividades. As empresas nacionais passaram a ter uma atuação mais abrangente por meio de ações sociais em relação à comunidade e ao meio ambiente na década de 1990.

A RIO-92 veio enfatizar a responsabilidade socioambiental do empresariado e o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável³ elaborou um documento direcionado à mudança de rumo do empresariado para o desenvolvimento e o meio ambiente (DIAS, 2012). Algumas empresas e instituições nacionais passaram, portanto, a incorporar essas reivindicações, adotando iniciativas de responsabilidade social, como relatórios anuais, doações para as comunidades locais, participação de projetos de desenvolvimento endógeno, educação e proteção ambiental. Destacando-se entre elas o Instituto Ethos⁴, a Fundação Abrinq⁵, o Conselho Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável (CBDS), etc.

Em anos mais recentes cresceu significativamente a proporção de empresas

³ Composto por 48 líderes empresariais de vários países.

⁴ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social possui a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável.

⁵ A Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, fundada oficialmente em 1990, atua como uma organização sem fins lucrativos visando promover a defesa dos direitos e o exercício da cidadania de crianças e adolescentes.



brasileiras que declararam ter realizado algum tipo de ação social para a comunidade. Entre o fim da década de 1990 e 2004 houve um aumento na proporção dessas empresas de 59% em 2000, para 69% em 2004 (IPEA, 2006). Além disso, de acordo com as informações do Censo Gife (2009-2010) verifica-se que a maior parte dos investidores sociais privados tem origem corporativa, tratando-se de fundações e associações empresariais (62%), apenas 24% referem-se a empresas privadas. Quanto às suas estratégias de ação social, estas tendem a se concentrar prioritariamente em projetos próprios, cujos recursos são concentrados em áreas e temas específicos, como educação, meio ambiente, populações locais, cultura, etc., sobretudo o interesse ambiental por parte dos investidores apresentou elevação considerável de 26%, de 2007 a 2009 (GIFE, 2010).

Apesar do cenário promissor do país, os números resultantes das avaliações sobre os investimentos em projetos sociais, por parte das organizações privadas, destacam o enorme espaço a ser preenchido por atitudes empresariais socioambientais (ETHOS, 2006). O comportamento da responsabilidade socioambiental empresarial no Brasil ainda não perdeu a tradicional essência filantrópica, pois muitas empresas não enxergam a relação dos seus investimentos sociais com os impactos sobre o desenvolvimento econômico (IPEA, 2007).

3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DA PWA

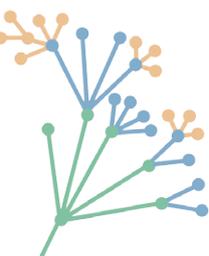
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PWA

O grupo *Precious Woods* (PW) foi fundado em 1993, com sede na Suíça, correspondendo a uma empresa privada, aberta para acionistas, com objetivo de estabelecer projetos sustentáveis, com viabilidade econômica e responsabilidade socioambiental. Iniciou suas atividades no Brasil em meados de 1990, por meio da empresa *Precious Woods Amazon* (PWA) na Amazônia, atuando com técnicas adaptadas à realidade da região, por meio de pesquisas feitas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e pelo Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa).

A PWA tem sede no município de Itacoatiara, no estado do Amazonas, a 250 km a leste de Manaus. Suas áreas de abrangência somam cerca de 506.698,60 ha, todas localizadas no estado do Amazonas; as áreas onde se concentram as atividades de manejo florestal da empresa somam cerca de 202.104,76 ha, entre os municípios de Itacoatiara, Silves e Itapiranga (Figura 1). Ela desenvolve um projeto pioneiro na região por meio da extração de produtos florestais madeireiros a partir da utilização de técnicas de manejo florestal com reduzido impacto, seguindo os rigorosos princípios e critérios ambientais, sociais e econômicos do certificado *Forest Stewardship Council* (FSC)⁶, cuja auditoria e monitoramento anual são realizados por meio do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora⁷.

⁶ O certificado FSC, também chamado de "Selo Verde", é de importância significativa para qualquer empreendimento de Manejo Florestal que busca trabalhar de maneira correta e satisfatória, pois atesta de forma independente que a floresta é bem manejada e está de acordo com vários critérios ecológicos, sociais e econômicos.

⁷ A Imaflora é uma das instituições representantes do FSC® no Brasil.



As atividades produtivas da PWA são baseadas no sistema policíclico denominado CELOS (Agricultural University of Wageningen), em que o sistema de colheita é realizado periodicamente em unidades menores de produção anual (UPA) que, uma vez exploradas, só serão exploradas novamente 35 anos após o primeiro ciclo (CLAY; AMARAL, 2002; FSC, 2014).

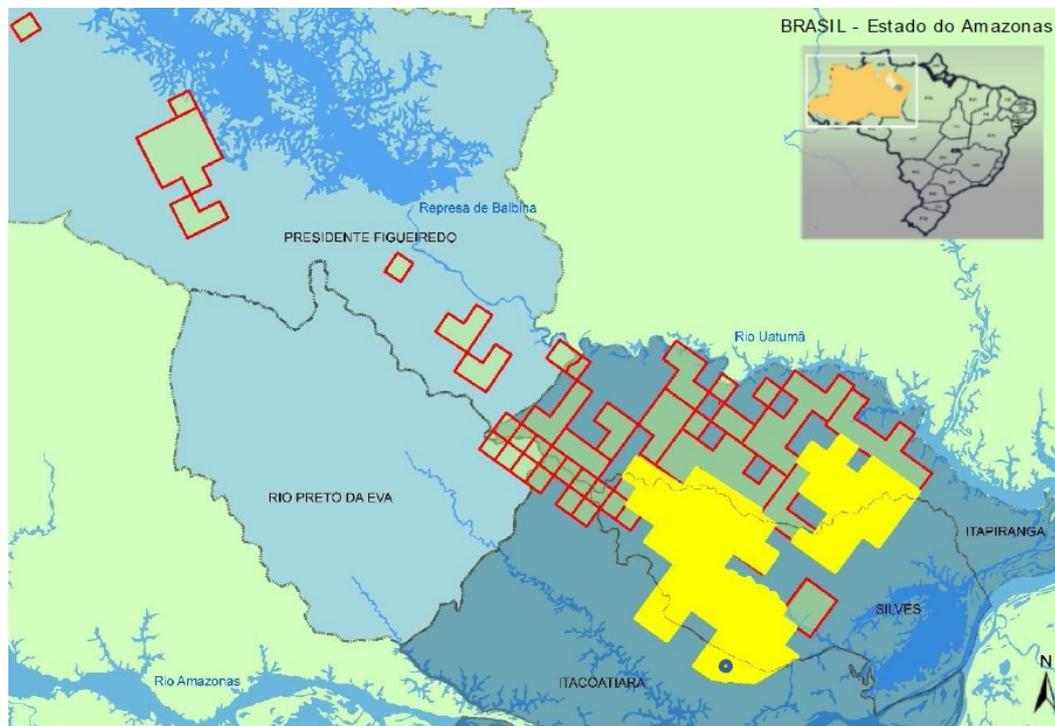
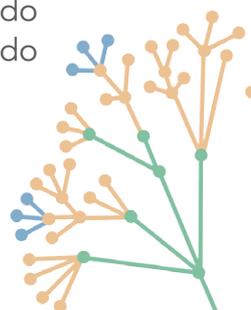


Figura 1 – Localização da PWA

Fonte: PWA (2014).

O ciclo de produção compreende desde a extração de madeiras até o seu processamento em sua própria indústria local, cuja madeira extraída e serrada é transformada em produtos acabados e semiacabados, destinados ao mercado internacional (Europa, EUA e Ásia). Os resíduos de madeira gerados no processamento da serraria são utilizados como combustível para mover as turbinas a vapor da usina BK Energia, gerando energia limpa e renovável para 50% da população do município de Itacoatiara/AM, evitando emissões de metano e ganhando com essas práticas reconhecimento mundial com o primeiro projeto que recebeu créditos de carbono pela utilização da biomassa 100% certificada (PWA, 2014).

Dada a sua condição de empresa certificada, a PWA busca fundamentar as suas atividades em princípios sustentáveis, atuando de forma socialmente justa, ambientalmente adequada e economicamente viável, seguindo diretrizes dentro dos rigorosos princípios e critérios da certificação florestal FSC. Portanto, a empresa assume um importante compromisso com o desenvolvimento local, promovendo e apoiando projetos científicos, culturais e ambientais da região, buscando



desenvolver uma série de programas sociais de geração de renda, emprego e educação ambiental nas comunidades tradicionais que as cercam.

4 PERFIL DAS COMUNIDADES LOCAIS

As comunidades tradicionais localizadas em torno da área de manejo da PWA ocupam cerca de 1,3% das áreas de manejo da empresa, correspondendo a 2.620,34 ha de um total de 202.104,76 ha manejados. Das oito comunidades analisadas, três delas encontram-se em áreas de várzea⁸ (N. S. Livramento, S. J. Carú e Novo Paraíso) ao longo do Rio Anebé no município de Silves/AM e as demais em áreas de terra firme⁹, ao longo da Rodovia AM-363, no município de Itacoatiara/AM (Figura 2). Essas comunidades apresentam, portanto, características ecosistêmicas diferenciadas, que influenciam as suas práticas produtivas e demandas sobre os recursos da natureza.

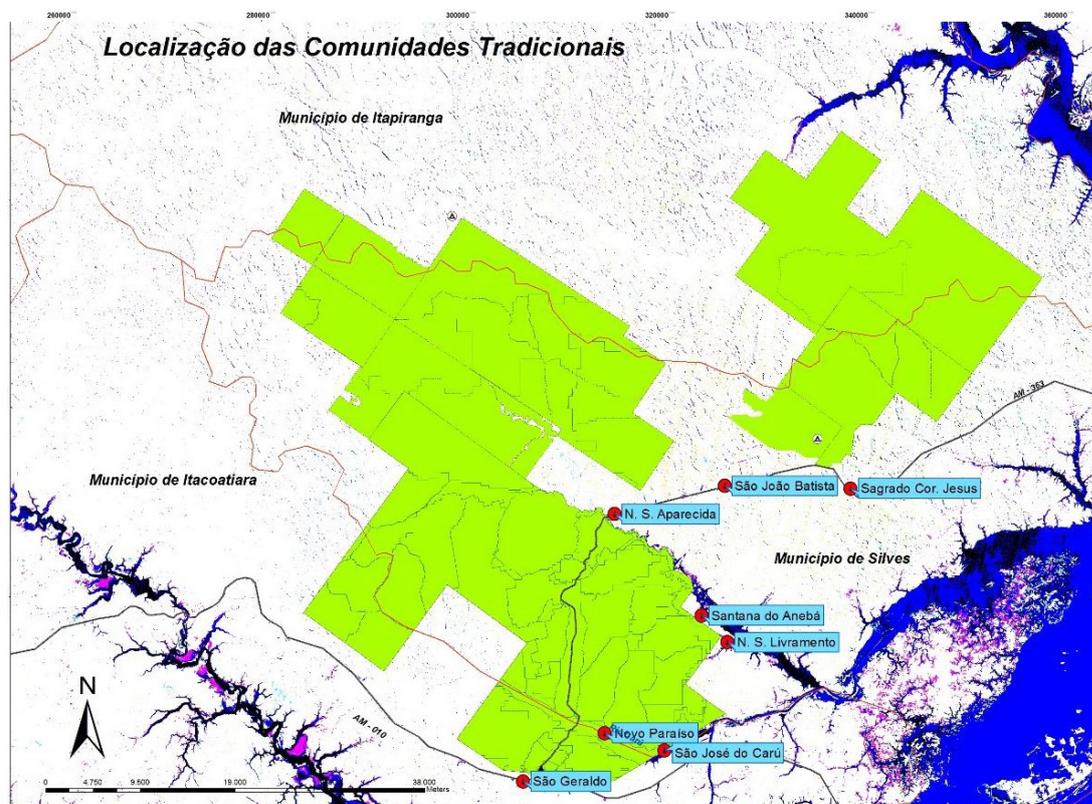
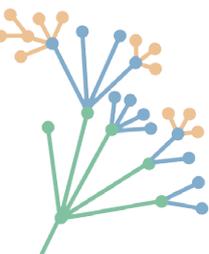


Figura 2 – Localização das comunidades tradicionais

Fonte: PWA (2014)

⁸ As áreas de várzea possuem vegetação localizada ao longo dos rios e das planícies inundáveis, apresentando menor diversidade do que na terra firme, de modo que as espécies que ela abriga são adaptadas às suas condições hidrológicas (KALLIOLA et al., 1993).

⁹ As áreas de terra firme da Amazônia são constituídas por um ecossistema de maior expressividade, complexidade e diversidade de espécies, tendo densa floresta, cujas árvores são bastante elevadas.



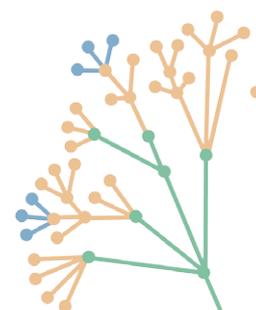
• Perfil socioeconômico das comunidades

De acordo com as informações obtidas no Levantamento Socioeconômico e Ambiental realizado, as comunidades analisadas apresentam atributos socioeconômicos similares em seu interior, relacionados à situação fundiária, condições de moradia, saneamento, educação, trabalho e renda. A situação fundiária revelou problemas iminentes, pois a maior parte dos comunitários declararam ser posseiros de suas terras (74%) e não possuíam nenhum documento legal da sua propriedade. Apenas 14% responderam ter autorização de ocupação, ou seja, o cadastro do Incra¹⁰, o que resulta em conflitos e descontentamentos por parte dos comunitários. As condições de habitação despontaram características bastantes precárias. A maioria dos entrevistados declarou morar em casas (94%), constituídas de paredes de madeira rústica do tipo tábuas (81%), piso de madeira (68%) e com cobertura de telha do tipo amianto/Brasilite (74%), sendo que cerca de 40% dessas casas apresentavam apenas um cômodo.

As características de saneamento revelaram uma realidade preocupante. No quesito situação sanitária, cerca de 76% dos entrevistados declararam possuir privadas externas cobertas em seus domicílios. No entanto, ainda se observou significativa presença de domicílios com privadas inapropriadas (24%), ou seja, externas descobertas, localizadas em rios/igarapés, ou em outro sistema dessa natureza. Já a origem da água consumida para cerca de 65% dos domicílios comunitários era oriunda de poço/cacimba e para 31% deles originava-se de rios e igarapés. Quanto ao tratamento da água, embora cerca de 78% dos domicílios entrevistados tenham declarado tratar a água utilizada com cloro, ainda foi visto um percentual de 32% que não realizavam nenhum tipo de tratamento na água consumida, comprometendo a saúde da população local. No quesito lixo, quase todos os comunitários (90%) revelaram queimá-lo e enterrá-lo, descrevendo essa prática como uma alternativa para a ausência do serviço de coleta de lixo por caminhões nessas comunidades. O acesso à energia elétrica alcançava cerca de 83% dos domicílios.

Quanto às características educacionais, as comunidades analisadas apresentaram significativas lacunas. Apesar de mais da metade dos comunitários terem declarado ser alfabetizados (67%), encontraram-se cerca de 33% de analfabetos, concentrando-se em maior parte nas comunidades S. J. Carú (56%), Sagrado Coração de Jesus (46%), N. S. do Livramento (45%) e N. S. Aparecida (42%), (Figura 3). A mesma tendência foi verificada no quesito frequência a escolas, onde identificou-se que apenas 35% dos comunitários costumam frequentá-las, sendo que a maioria (64%) declarou cursar o ensino fundamental e somente 16% o ensino médio. Não foi encontrado nenhum comunitário cursando o ensino superior.

¹⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



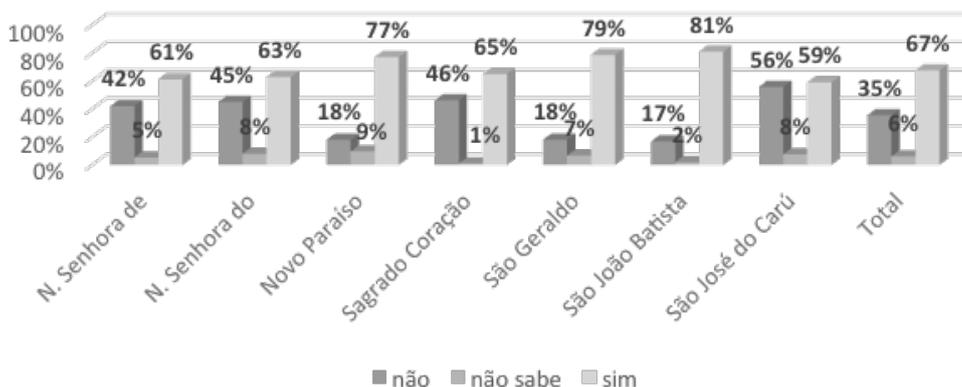


Figura 3 – Possui alfabetização: percentual entre as comunidades

Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

Para os comunitários que já frequentaram escolas, a maior parte deles respondeu ter parado de estudar no ensino fundamental (32%), tendo cursado somente até a primeira série, número médio de estudos¹¹ que corresponde a apenas 2 anos, bastante inferior à média nacional, que é de 7,2 anos (IBGE, 2012). Somente 23% dos entrevistados declararam ter estudado até o ensino médio.

Quanto à força de trabalho nas comunidades, predomina-se o trabalho não remunerado, apenas 34% dos comunitários declararam receber pagamento pelo seu trabalho, sendo o maior percentual presente nas comunidades Sagrado Coração de Jesus e São Geraldo, e o menor percentual em São João Batista e N. S. Aparecida (Figura 4).

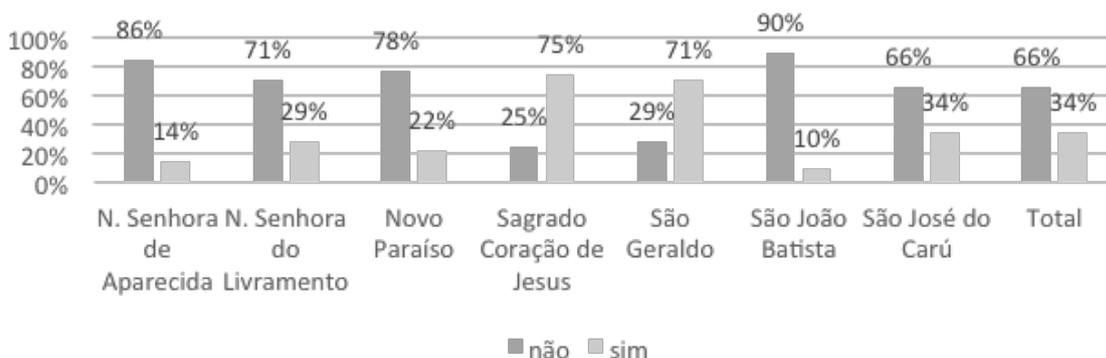


Figura 4 – Possui trabalho remunerado: percentual entre comunidades

Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

Entre os comunitários que declararam possuir trabalho remunerado, pouco mais da metade (66%) respondeu ter carteira assinada, enquanto os demais encontram-se desprovidos desse benefício, revelando o trabalho precário nessas áreas. Quanto ao local de trabalho, foi verificado que apenas 13% dos comunitários trabalhavam

¹¹ Anos de estudo refere-se ao período estabelecido em função da série e do grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação (Censo Demográfico, Pnad, 1991, 1992, 1993 e 1995).



na PWA, o restante deles costumava trabalhar em outras empresas locais (Amaggi, Georadar), prefeitura, sítios e fazendas próximas, comércio, escolas, etc.

A utilização dos recursos naturais é considerada fundamental fonte de subsistência para os comunitários, cerca de 31% deles declararam sustentar-se do trabalho em seus *Lotes*, por meio da criação de animais, horta, caça, extrativismo e pesca praticada, revelando significativa dependência dos recursos locais. A agricultura familiar constitui importante fonte de renda para 49% desses comunitários, sendo a farinha de mandioca o principal produto desenvolvido em seus *Lotes*, contando com a participação de toda a unidade familiar, cuja produção abastece não apenas as comunidades locais, mas costuma ser comercializada nas cidades próximas, gerando emprego e renda para a população.

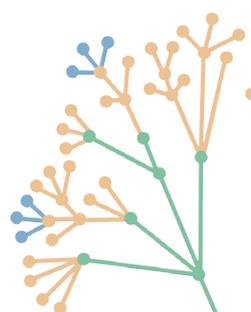
No que se refere à composição de renda dos chefes de família comunitários, predomina-se o rendimento oriundo do trabalho não assalariado, (36%) apenas do rendimento, 18% proveem de trabalho assalariado e cerca de 32% referem-se aos benefícios do bolsa família e aposentadoria. Verificou-se também um percentual de 14% dos comunitários sem rendimento, vivendo apenas a nível de subsistência, dependendo dos recursos naturais obtidos em seus *Lotes* (Figura 5).



Figura 5 – Rendimento dos chefes de família das comunidades em geral

Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

A maior incidência de trabalhadores assalariados foi encontrada nas comunidades N. S. do Livramento (32%) e em São Geraldo (19%). Enquanto que o maior percentual de trabalhadores não assalariados foi visto em N. S. Aparecida (24%), São João Batista (19%) e Sagrado Coração de Jesus (17%). Já quanto ao acesso à aposentadoria, a comunidade N. S. Aparecida apresentou os mais elevados percentuais (25%) e Novo Paraíso os menores índices (5%). O acesso ao programa Bolsa Família foi maior em N. S. Aparecida (26%) e em N. S. Livramento (26%), enquanto que em São Geraldo e São João Batista os percentuais eram de apenas 4% e 7%, respectivamente (Figura 6).



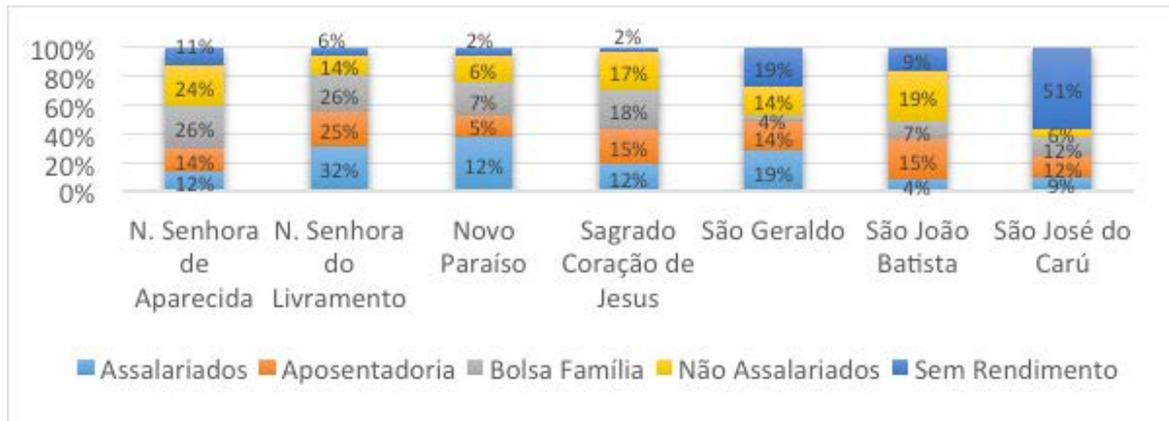


Figura 6 – Tipos de rendimento dos trabalhadores por comunidade

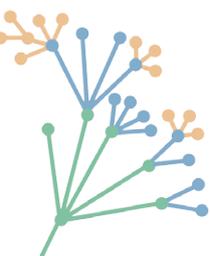
Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

Na análise sobre os níveis de renda, foi observado que a maioria dos comunitários costumava receber até 1 salário mínimo. Aqueles que declararam receber menos de 1 salário mínimo, sustentavam-se geralmente com auxílio do Bolsa Família. A mesma tendência foi verificada para a aposentadoria, cujos valores recebidos apresentam-se inferiores a 1 salário mínimo. Apenas 8% dos comunitários disseram receber acima de 1 salário mínimo, decorrentes principalmente do trabalho assalariado. Essas informações evidenciam o reduzido nível de renda dessas comunidades e a necessidade de políticas direcionadas para mitigar e reverter o trabalho precário nessas áreas.

• Perfil Socioambiental das comunidades

As comunidades analisadas revelaram significativa dependência dos recursos ambientais para a sua subsistência, sustentando-se da caça, extrativismo, pesca, etc., além de extrair os insumos necessários para o desenvolvimento da agricultura familiar. Todo o conhecimento, habilidade, respeito à natureza e seus ciclos provêm de heranças passadas pela tradição dos mais velhos, inibindo e combatendo as práticas ilegais em suas terras (CULTIMAR, 2008). A caça, a pesca e o extrativismo encontram-se entre as principais atividades de subsistência desenvolvidas nessas comunidades.

De acordo com as informações do Levantamento Socioeconômico e Ambiental realizado nas comunidades, a caça para subsistência é praticada por cerca de 47% dos comunitários entrevistados, ocorrendo com mais frequência nas comunidades localizadas em áreas de terra firme, como São Geraldo (75%) e São João Batista (67%) e em menor proporção nas comunidades pertencentes às áreas de várzea, como é o caso de S. J. Carú (42%) e Novo Paraíso (47%). Esse fenômeno pode ser explicado pelas especificidades ecossistêmicas de cada comunidade, sendo a caça mais praticada em áreas de terra firme, devido a distância em que se encontram dos leitos dos rios, não tendo outra alternativa proteica de alimentação, enquanto nas áreas de várzea predomina-se a pesca (JEROZOLIMSKI; PERES, 2003). Entre



as espécies caçadas, destacam-se as típicas da região, ou seja, paca, cutia, porco-espinho, veado, tatu, anta, entre outras. Para cerca de 52% dos comunitários entrevistados, a caça é praticada mensalmente e para 31% semanalmente, dentro e/ou próximo da área de manejo da PWA.

O extrativismo é praticado por cerca de 38% dos comunitários, que o realizam tanto para o consumo próprio quanto para o comércio, complementando a sua renda familiar. Essa prática mostrou-se maior em São Geraldo (82%) e Sagrado Coração de Jesus (59%), ambas localizadas em áreas de terra firme. As principais espécies extraídas são a castanha e o tucumã, frutos comuns nessas áreas, mas a frequência de extração ocorre anualmente (42%) e mensalmente (36%), pois esses produtos florestais costumam ser encontrados apenas em determinadas épocas do ano, o que limita o desenvolvimento dessa prática. Para 75% dos comunitários, o extrativismo não foi afetado pelo manejo da PWA, mas para cerca de 19% deles, houve uma piora nessa atividade.

A pesca é considerada importante fonte de renda e subsistência das comunidades amazônicas, dada a grande diversidade ictiológica da região, considerada a maior do mundo (CASTRO, 2000). Nessa perspectiva, verificou-se forte presença dessa atividade nas comunidades analisadas, alcançando mais da metade dos comunitários (59%), concentrando-se principalmente em áreas de várzea, como Novo Paraíso (79%) e São José do Carú (71%), sendo realizada, em grande parte, semanalmente (48%), não apenas para o consumo, mas também para a comercialização. Quanto ao seguro-defeso¹², essencial para a proteção das espécies de peixes, somente 32% dos comunitários declararam recebê-lo, enquanto mais da metade deles (68%) afirmou não receber auxílio algum para deixar de pescar na época da reprodução das espécies.

A participação em associações comunitárias mostrou-se bastante comum nessas áreas, alcançando 64% dos comunitários, gerando melhorias produtivas para 51% deles. Por outro lado, o acesso ao financiamento bancário para o desenvolvimento das atividades produtivas revelou-se muito reduzido, apenas 30% dos comunitários tiveram acesso a esse benefício e somente um terço deles obteve êxito com os recursos adquiridos. Para o restante, a produção só foi satisfatória inicialmente e/ou não alcançaram êxito algum e, em consequência disso, a maior parte deles ainda continuava pagando pelo empréstimo.

5 RELAÇÃO DA PWA COM AS COMUNIDADES

A PWA apresenta estreita relação com as comunidades locais adjacentes à sua área de manejo florestal, uma vez que a maior parte dessas comunidades se localiza dentro das áreas que a empresa opera, o que influencia toda a dinâmica produtiva dessas comunidades. Nesse contexto, a missão da PWA é justamente

¹² O Seguro-Defeso é uma política que visa proteger as espécies, garantindo aos pescadores um seguro mensal, na quantidade de um salário mínimo, para não pescarem durante o período de reprodução das espécies.



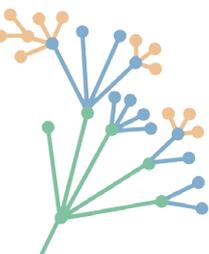
articular o desenvolvimento, mantendo uma relação eficaz entre a empresa e os diversos segmentos da sociedade. As ações realizadas pelos programas da empresa têm como públicos definidos: a sociedade civil, os colaboradores, instituições científicas e comunidades locais (PWA, 2010). Existem diversos programas socioambientais voltados às comunidades locais, cuja comunicação é aberta e há um relacionamento mútuo entre empresa e os comunitários. O Quadro 2 apresenta os principais programas socioambientais desenvolvidos pela empresa e os benefícios socioambientais gerados às comunidades locais.

Quadro 2 – Principais Programas Socioambientais da PWA e benefícios gerados

Programas	Benefícios Gerados
Programa de Geração de Renda	- Possibilita a compra de produtos alimentícios produzidos nas comunidades, com justa valorização do preço. Estes são destinados ao abastecimento do refeitório da empresa. Fomenta a produção local, com a construção de casas de farinha. - Promove parceria com outras entidades, cursos de capacitação direcionados às atividades produtivas comuns nas comunidades, possibilitando expectativas de renda futura aos comunitários, desenvolvimento endógeno e uso sustentável dos recursos ambientais. Ex.: Curso de entalho em madeira, promovido em parceria com o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam). Capacitação do uso sustentável dos recursos naturais (Cetam e o Idam ¹⁴); Formação profissional e competências para a produção de artesanato (Cetam e o Senai ¹⁵).
Programa de Geração de Empregos	Desde 2008 a PWA possui um programa de geração de empregos aos comunitários, direcionados às suas atividades de manejo florestal sustentável (desde a extração de madeiras, até o seu processamento em sua própria indústria local). As vagas disponíveis são divulgadas nas comunidades, por meio do Departamento Socioambiental da empresa que efetua as entrevistas para a admissão dos comunitários.
Programa de Educação Ambiental	Promove palestras sobre a importância da conservação ambiental e a relação dos comunitários com os recursos naturais. Além disso, os comunitários são levados a conhecer as instalações e os processos de manejo florestal sustentável da empresa, proporcionando a eles familiaridade com as operações realizadas pela PWA. Ex.: Curso de capacitação no uso sustentável dos recursos naturais, realizado em uma parceria entre o Cetam e o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e florestal sustentável do Amazonas (Idam), oferecidos aos comunitários locais.
Programas de Ouvidorias nas Comunidades	O objetivo do programa é obter um canal de comunicação fluente entre os comunitários com a diretoria da empresa. A ouvidoria é realizada em quatro etapas: 1. Ouvir os comunitários; 2. Repassar as demandas; 3. Responder aos questionamentos; 4. Executar ações possíveis.
Programa de Manejo Florestal de Produtos não madeireiros nas comunidades	Mantém convênio com a Associação Viva Verde da Amazônia (Avive), localizada no município de Silves, estado do Amazonas, a qual subsidia atividades de extração de produtos não madeireiros na sua área de manejo florestal com o objetivo de gerar renda nas comunidades locais por meio de atividades sustentáveis. Produtos não madeireiros manejados: Óleo de copaíba, Semente de Cumarú, Resina de Breu, etc.

Fonte: PWA (2011, 2014)

Além desses programas socioambientais, destacam-se outras ações positivas da PWA que contribuem para o desenvolvimento endógeno das comunidades locais, como é o caso do apoio ao pequeno empreendedor rural promovendo a Feira da Agricultura Familiar (FAF) e do fomento à Associação de Mulheres Camponesas do Amazonas, fortalecendo o trabalho feminino nessas áreas. Essas iniciativas promovem a venda de alimentos 100% naturais diretamente do produtor rural, dando a eles retorno financeiro mais justo sobre o seu trabalho, com a oportunidade de vender seus produtos direto ao consumidor (PWA, 2014).



A PWA também executa programas de doações de resíduos, resultantes de suas atividades produtivas, ao comunitários locais, para que possam aproveitá-los em adubos totalmente orgânicos. Um exemplo disso são os resíduos orgânicos do refeitório da empresa e das cinzas provenientes da queima da biomassa na Caldeira da Indústria (PWA, 2013).

Essas informações revelam que as ações desenvolvidas pela PWA, como empresa certificada, não se limitam apenas à obtenção de lucro econômico, como ocorre nas empresas tradicionais. Elas envolvem práticas, mas correspondem a práticas responsáveis de fomento das atividades produtivas territoriais, valorização dos produtos locais, capacitação profissional dos comunitários, geração de empregos, apoio a pesquisas científicas, etc. Esse envolvimento reflete de certa maneira na opinião dos comunitários sobre a atuação da PWA na região. Observou-se no Levantamento Socioeconômico realizado nas comunidades, que mais da metade dos comunitários considera a PWA uma boa empresa (58%), para 18% deles ela era regular, enquanto que os demais declararam não ter opinião alguma sobre o assunto. O Quadro 3 apresenta as principais ações e benefícios gerados pela empresa, na opinião dos comunitários.

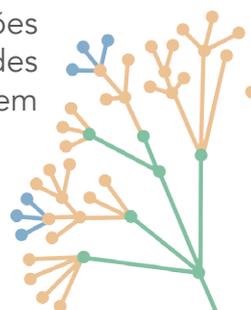
Quadro 3 – Principais ações realizadas pela PWA e benefícios, segundo os comunitários

Ações	Benefícios para a comunidade
Abertura do Ramal de acesso à BR-363, na comunidade N. S. Livramento.	Acabou com o isolamento da comunidade, facilitando atividades produtivas e comerciais (escoamento da produção).
Realizou obras de infraestrutura local: ruas, campos de futebol, etc.	Modernizou e urbanizou as comunidades.
Geração de empregos na PWA	Trouxe novas alternativas de renda para a população local.
Forneceu matérias-primas para a construção de moradias (Madeira Serrada)	Permitiu a construção de moradias aos comunitários.
Ofereceu cursos profissionalizantes locais	Gerou qualificação para inserção no mercado de trabalho.
Forneceu equipamentos para a construção de casas de farinha	Fomentou a agricultura familiar com a intensificação da produção da farinha.
Construção de Centros Comunitários	Permitiu a integração entre os comunitários e o planejamento para o seu desenvolvimento.

Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

Essas informações revelam o importante papel que a PWA exerce para a promoção do desenvolvimento endógeno da região, sendo reconhecida pelos próprios comunitários locais por suas ações que contribuem para a modernização e desenvolvimento das comunidades. Esse interesse da empresa em desenvolver atividades com responsabilidade socioambiental tem aumentado devido a sua busca em alcançar vantagem competitiva no mercado externo, onde ela direciona toda a sua produção. Esse mercado tem demandado cada vez mais produtos com origens limpas e sustentáveis.

No que diz respeito aos impactos sentidos pelos comunitários locais nas suas atividades de subsistência praticadas em seus *Lotes*, resultantes das operações da PWA, os dados do Levantamento Socioeconômico realizado nas comunidades revelaram que, das três principais atividades desenvolvidas pelos comunitários em



seus Lotes, a que mais sofreu impactos foi a caça (Figura 7). Para os comunitários, isso se deve ao avanço das áreas de manejo da empresa, abrindo clareiras e ramais no meio da floresta para escoar a produção. Soma-se a isso o barulho das máquinas, que tem afugentado cada vez mais a fauna, prejudicando tais práticas de subsistência.



Figura 7 – Situação da caça, extrativismo e pesca após o início do manejo da PWA

Fonte: Levantamento Socioeconômico e Ambiental, PWA (2012).

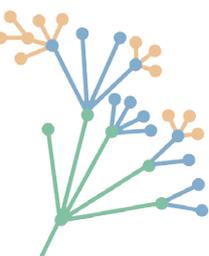
As atividades de extrativismo e pesca, para a maioria dos comunitários, permaneceram inalteradas, revelando o pouco impacto gerado pela empresa nessas atividades comunitárias de subsistência.

No entanto, mesmo com todo o trabalho de responsabilidade socioambiental desenvolvido pela PWA nas comunidades e a opinião de grande parte dos comunitários sobre a empresa ser em geral positiva, também foram observadas críticas por parte de alguns comunitários, questionando a veracidade de tal responsabilidade socioambiental da empresa. Elas estão destacadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Críticas à responsabilidade socioambiental da PWA

A pouca geração de empregos para as comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Alcança prioritariamente as populações urbanas de cidades próximas, dada a superior qualificação profissional que elas têm Apenas 10% dos comunitários declararam trabalhar na PWA.
A velocidade dos caminhões que transportam as toras	<ul style="list-style-type: none"> Colocam em risco a vida da população, principalmente as localizadas ao longo das rodovias (em áreas de terra firme)
A abertura de ramais e clareiras na floresta Barulho das máquinas	<ul style="list-style-type: none"> Afugenta a fauna, gerando desequilíbrios ambientais, prejudicando a tradicional caça de subsistência e outras atividades produtivas em suas terras
Problemas de comunicação com a empresa	<ul style="list-style-type: none"> Gera desconfiança e a falta de compromisso entre as partes. O programa de ouvidoria não alcança a todos.

Fonte: PWA (2012)



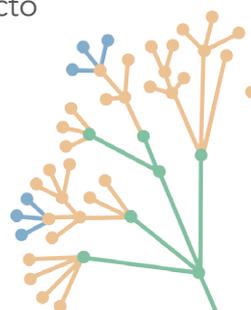
Além disso, alguns estudos têm sido bastantes pessimistas quanto à eficácia das práticas de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela empresa na região e sua relação com as comunidades. Um dos estudos mais críticos sobre a *PWA* é o de Laschefski e Ferris (2001), que destaca os riscos ambientais gerados pelas atividades de manejo florestal da *PWA*, os quais podem levar à destruição das florestas naturais e à geração no futuro de florestas artificiais, perdas e alterações profundas nas espécies, desestímulo e entraves ao desenvolvimento local, já que a empresa é voltada para a exportação de madeira para o comércio internacional, etc.

Estudos mais recentes como os de Darrigo et al. (2016) também criticam veementemente as atividades de manejo florestal da empresa, enfatizando os riscos das mortes das espécies florestais, com a abertura de clareiras nas florestas, além do empobrecimento do solo (defendendo ser inevitável a longo prazo) e os efeitos adversos gerados nas espécies, sendo umas mais afetadas que as outras. Eles defendem que não há manejo sustentável, mas há na verdade um manejo de baixo impacto, já que no longo prazo não ocorre a manutenção das populações de todas as espécies.

Por outro lado, outros estudos defendem a existência de empreendimentos certificados, como alternativa para o desenvolvimento sustentável da região. Um exemplo disso é um estudo recente de Darrigo et al. (2016), que apoia a existência de avanços nas atividades de manejo florestal sustentável, revelando a sua contribuição progressiva para a redução dos impactos socioambientais negativos, garantindo a manutenção das espécies. Além disso, tais impactos são reconhecidamente menores que aqueles causados pelos métodos convencionais. No entanto, deve-se aceitar e entender que a floresta tem o seu próprio tempo de desenvolvimento e o mercado necessita se adaptar a ele.

Por sua vez, Azevedo (2001) destaca que empresas certificadas que operam com responsabilidade socioambiental não irão remediar todos os males e os problemas locais e regionais. Na verdade, elas têm buscado desenvolver as suas atividades de maneira proativa, objetivando o desenvolvimento endógeno e sustentável, valorizando e fomentando as atividades produtivas locais, inibindo práticas ilegais de desmatamento, que tanto destroem a cobertura vegetal da Amazônia. O fato da *PWA* possuir o Selo Verde, garante que esse compromisso seja mantido, pois ela é periodicamente auditada, podendo perder o certificado se descumprir as diretrizes responsáveis do selo.

As informações levantadas nos parágrafos anteriores evidenciam que a *PWA* não corresponde apenas a um mero discurso, mas ela tem atuado na Amazônia com responsabilidade socioambiental, fomentando o desenvolvimento endógeno das comunidades locais, desenvolvendo uma série de ações positivas que geram efeitos multiplicadores nessas áreas e, ao mesmo tempo, garantindo a manutenção da floresta em pé ao desenvolver suas atividades de baixo impacto com responsabilidade.



Além disso, quando a empresa fomenta o desenvolvimento das comunidades, ela acaba contribuindo para a manutenção da sustentabilidade na região. Para Stevens et al. (2014), quando as comunidades locais não têm seus direitos garantidos sobre as florestas, elas tendem a tornar-se vulneráveis às invasões de colonos e madeireiros ilegais, intensificando-se o desmatamento e as emissões de CO₂. A PWA tem atuado significativamente na regularização fundiária dessas comunidades, mas enfrenta problemas burocráticos estatais, os quais têm retardado a entrega de títulos definitivos de suas terras aos comunitários (PWA, 2012). Essa questão é uma das grandes insatisfações verificadas por parte dos comunitários.

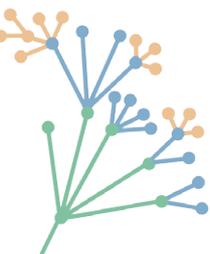
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações levantadas neste estudo revelaram a importância da responsabilidade socioambiental da PWA para a promoção do desenvolvimento endógeno e sustentável das comunidades locais. Por meio das suas práticas de responsabilidade socioambiental, a empresa tem desenvolvido um compromisso em operar de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, seguindo os rigorosos princípios e critérios da certificação FSC.

Por um lado, existem resultados positivos relacionados às práticas de manejo da empresa na região, gerando efeitos multiplicadores às comunidades locais, por meio de programas de geração de emprego e renda, educação ambiental, infraestrutura das comunidades, fornecimento de material para construção de casas, etc. e, ao mesmo tempo, buscando desenvolver as suas atividades com a devida responsabilidade com a sustentabilidade ambiental, minimizando e/ou compensando os danos causados por suas operações.

Por outro lado, verificou-se que essas comunidades apresentam demandas ainda não atendidas e que não podem ser ignoradas, pois estas estão localizadas nas áreas de abrangência da empresa, sendo bastante influenciadas pela sua dinâmica. O estudo evidenciou sérias lacunas sociais que necessitam ser solucionadas, mas para isso são necessárias políticas socioeconômicas direcionadas à realidade dessas áreas isoladas da Amazônia.

Não obstante, o manejo florestal sustentável da PWA tem sido contestado por muitos estudiosos, potencializando os seus riscos e consequências negativas, interpretando-o como um manejo de baixo impacto e não um manejo sustentável. Sobretudo, este artigo mostrou que a empresa, mesmo atuando na Amazônia com responsabilidade socioambiental, não representa uma remediadora de todos os males, pois apresenta falhas, as quais foram apontadas pelos próprios comunitários na pesquisa analisada. Por outro lado, a empresa busca seguir todas as diretrizes que a tornam uma empresa certificada, gerando impactos socioambientais muito menores aos causados por empresas não certificadas. Suas práticas responsáveis têm levado a maior parte dos comunitários a considerarem-na uma boa empresa.



A responsabilidade socioambiental empresarial na Amazônia necessita ser fomentada e apoiada. Nesse sentido, deve-se haver a cooperação de todos os agentes envolvidos, populações locais, governos, instituições, sociedade civil, setor privado, etc., constituindo peças fundamentais para uma mudança de comportamento que beneficie as empresas social e ambientalmente responsáveis.

A relação da responsabilidade socioambiental das grandes empresas com as comunidades tradicionais que as cercam não representa apenas um mero discurso, pois o estudo revelou uma série de ações e planos desenvolvidos na região. Por outro lado, ela representa sim um caminho promissor rumo à manutenção da sustentabilidade ambiental na Amazônia, com suas práticas inovadoras e de baixo impacto, responsáveis pelo manejo florestal sustentável, as quais garantem a manutenção da floresta em pé e ao mesmo tempo contribui para o desenvolvimento endógeno local, ao fomentar as atividades produtivas das populações tradicionais, gerando emprego e renda para a população.

REFERÊNCIAS

AMORIM, R. Macroeconomia neoclássica contemporânea: novos-keynesianos e novos-clássicos. **Ensaios FEE**, v. 23, n.1, 2002. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2027>>. Acesso em: abr. 2016.

ARRUDA, M. B. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Ecossistemas brasileiros**. Brasília: Edições. Ibama. 2001.

ASHLEY, P. **Responsabilidade Social nos Negócios**. São Paulo, Saraiva, 2003.

AZEVEDO, T. *Precious Woods Amazon*. **Forest certification**: a catalyst for conservation? *Imaflora/PWA*, 2001. Disponível em: <<http://www.preciouswoods.com/dmdocuments/pdf/imaflora.pdf>>. Acesso em: mai. 2016.

BERNSTEIN, A. Too much corporate power. **Business Week**, 11 September, p. 149, 2000.

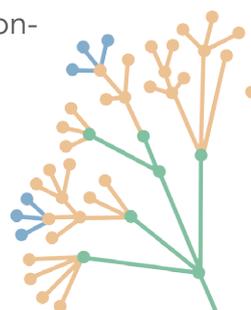
BERTRAND, G. **Uma geografia transversal e de travessias**: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, M. M. dos. (Org.) Maringá: Ed. Massoni, 2009.

BOWEN, H. **Social responsibilities of the businessman**, New York: Harper & Row, 1953.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2014. Responsabilidade Empresarial.

BREARTON, S., et al. **Corporate social responsibility**: 2nd annual ranking, Report on Business Magazine, March 2005: 37-68.

BRONN, V. **International Journal of Advertising**. Advertising Association Published by the World Advertising Research Center, Farm Road, Henley-on-Thames, Oxon RG9 1EJ, UK, 2001.



CARROLL, A. Three-dimensional conceptual model of corporate performance Archie B Carroll Academy of Management. **The Academy of Management Review** (pre-1986); ABI/INFORM G, 1979.

_____. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. **Business Horizons**, July–August, p. 39-48, 1991.

CLAY, J. W.; AMARAL, P. Madeira tropical sustentável de florestas naturais: o caso da *Precious Woods*. In: ANDERSON, A.; CLAY, J. (Org.) **Esverdeando a Amazônia**. São Paulo: Peirópolis, IIEB, 2002. p.163-191.

CULTIMAR. Recursos naturais na vida caiçara. Curitiba: Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais. Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: <<http://cultimar.org.br/site/>>. Acesso em: jun. 2016.

DARRIGO, M. et al. Effects of reduced impact logging on the forest regeneration in the central Amazonia. **Forest Ecology and Management**, v. 360, p. 52-59. Special Section: Forest Management for Climate Change, 2016. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0378112715005678>>. Acesso em: jul. 2016.

DIAS, R. **Responsabilidade social**: fundamentos e gestão. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ETHOS. Responsabilidade Social Empresarial. 2005/2010. Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: jul. 2016.

FREDERICK, W. Moving to CSR: What to Pack for the Trip. **Business & Society**, v. 37, n. 1, p. 4059. 1998. Disponível em: <<http://www.wbcsd.org>>. Acesso em: jun. 2016.

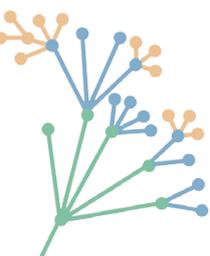
FREEMAN, R. E. **Strategic management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman. 1984.

—GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Conselho de Governança – Gestão 2009-2010.

GRAJEW, O. Beyond Corporate Social Responsibility. **Stanford Innovation Review**. Stanford University, 2007. Disponível em: <<http://ssir.org/podcasts>>. Acesso em: jun. 2016.

HART, S. **O capitalismo na encruzilhada**: as inúmeras oportunidades de negócios na solução dos problemas mais difíceis do mundo. Porto Alegre: Bookman, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: técnica e tempo. São Paulo: Edições Loyola, 1993.



HIRSCHMAN, A. **A estratégia de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Pesquisa Ação Social das Empresas. (1997/2007) Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/asocial>>. Acesso: jun. 2016.

_____. Planejamento e Políticas Públicas, 2013.

JACOBSEN, J. **Sustainable Business and Industry**: designing and operating for social and environmental responsibility. ASQ, Quality Press. Milwaukee Wisconsin, 2011. 191p.

JEROZOLIMSKI, A. PERES, C. Bringing home the biggest bacon: a cross-site analysis of the structure of hunter-kill profiles in Neotropical forests. **Biological Conservation**, v. 11. 2003.

_____. Bringing home the biggest bacon: a cross-site analysis of the structure of hunter-kill profiles in Neotropical forests. **Biological Conservation**, v. 11. 2003.

KOTLER, P.; LEE, N. **Corporate Social Responsibility**: doing the most good for your company and your cause. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, 2005.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**: teoria e política. São Paulo: Makron Books, 1999.

KURUCZ, E., COLBERT, B.; WHEELER, D. The business case for corporate social responsibility. In: CRANE, A., et al. (Ed.). *The Oxford Handbook of Corporate Social Responsibility*. Oxford: Oxford University Press, p. 83-112, 2008.

LASCHEFSKI, K.; Ferris, N. Saving the Wood from the Trees. **Ecologist**, 2001. 31(6), p. 40-44. Academic Search Premier (EBSCO) database.

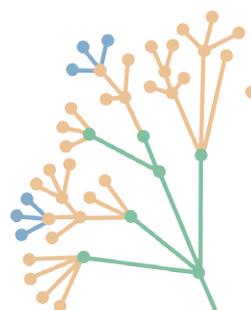
LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental nos anos 90. Mudou, mas nem tanto. **Políticas Ambientais**, Rio de Janeiro, 9(25): 6-7. 2000

LEWIS, S. Reputation and corporate responsibility, **Journal of Communication Management**, 2003, v. 7, p. 356-364.

MACARINI, J. P. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.15, n. 3, p. 53-92, set.-dez. 2005.

MAW, L. **Corporate Social Responsibility**: definition and examples. CEO of nonprofit organization Net Impact. Disponível em: <<https://www.netimpact.org>>. Acesso em: jun. 2016.

MAZURKIEWICZ, P. **Corporate self-regulations and Multi-stakeholder Dialogue, in Handbook of Voluntary Environmental Agreements**. Edoardo Croci, Kluwert Academic Publisher, Dordrecht, 2004.



_____. **Corporate Environmental Responsibility:** is a Common CSR Framework Possible? In 24th Annual IAIA Conference, Vancouver, BC.y, 2004.

MELO NETO, F. P. de, FROES, C. (2001). **Gestão da responsabilidade social:** o caso brasileiro. Rio de Janeiro: Qualitymark.

POKORNY, B.; ADAMS, M. What do criteria and indicators assess? An analysis of five C&I sets relevant for forest management in the Brazilian Amazon. **International Forestry Review** 5(1), 2003. Disponível em: <http://www.cifor.org/publications/pdf_files/articles/APokorny0301.pdf>. Acesso em: nov. 2016.

PORTER, M. A. **Nova Era da Estratégia.** HSM Management. Ed. Especial. São Paulo: mar/abr, p. 18-28, 2000.

PRAKASH, A. "Greening the firm: an introduction" e "Environmental policy making within firms." **Greening the Firm. The Politics of Corporate Environmentalism.** Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 1-33.

Precious Woods Amazon. RESUMO PÚBLICO. BRASIL, ITACOATIARA/AMAZONAS, 2000 a 2015. Disponível em: <http://www.preciouswoods.com/domains/preciouswoods_com/data/free_docs/RESUMO_P%C3%9ABLICO_PWA>. Acesso em: nov. 2015.

REYES, J. **Education-focused Corporate Social Responsibility in El Salvador.** World Bank Technical Assistance Study, Washington D.C., 2002.

SACHS, J. D. (2005). The Development Challenge. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 2, mar/apr, p. 78-90.

SANTIAGO, D.; AMBROSIO, D.; FREITAS, R.; SOUZA, M. Levantamento Socioeconômico e Ambiental das comunidades localizadas em torno da área de manejo da *Precious Woods Amazon*. Relatório de Pesquisa. Itacoatiara, Amazonas, 2012.

SOUZA, N. de J. Economia regional: conceitos e fundamentos teóricos. **Revista Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, Ano XVI, v. 11, n. 32, p. 67-102, 1981.

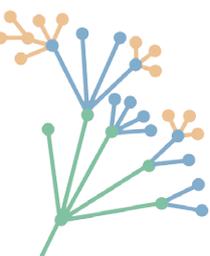
SPECTOR, P. **Industrial and Organisational Behaviour** (5th edition). New Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

STERNER, T.; CORIA, J. **Policy Instruments for Environmental and Natural Resource Management.** New York e London, 2011.

STEVENS, C. et al. **Securing Rights, Combating Climate Change.** Word Resource Institute, 2014. Disponível em: <<http://www.wri.org/securingrights>>. Acesso em: jun. 2016.

VELLOSO, R. **Tempos Modernos.** RJ: FGV Editora, 2004.

VIDAL, N.; KOZAK, R. in prep. Corporate responsibility practices in forestry sector: Definitions and the role of context. **The Journal of Corporate Citizenship**, 2008.



YOUNG, R. Dilemmas and advances in corporate social responsibility in Brazil: the work of the Ethos institute. **Natural Resources Forum**, v. 28, p. 291-301, 2004.

WASIK, J. F. **Green marketing and management**: a global perspective. UK: Blackwell, 1996.

WELLS, P. Economia da Libertação: a rejeição de Keynes às teorias clássicas de emprego e demanda agregada. In: LOPES, C. M. et al. **Ensaio de Economia Pós-Keynesiana**. Fortaleza: EUFC, 1987.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT, 2010 (WBCSD).

